BARRA DO GARÇAS – MT NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO CENTRO OESTE E O SURGIMENTO DOS MORADORES DE RUA

BARRA DO GARÇAS – MT IN THE SOCIAL-ECONOMICAL CONTEXT OF THE BRAZILIAN MIDWEST REGION AND THE EMERGENCE OF HOMELESS PEOPLE

Valéria Márcia Queiroz
Professora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Campus Universitário do Araguaia/Universidade Federal de Mato Grosso
vm.queiroz@uol.com.br

RESUMO
Neste trabalho, será apresentada uma caracterização do Centro-Oeste, ressaltando o seu crescimento econômico desde a década de 1970, uma vez que é a partir daquele período que esta região passa a apresentar índices de relativos aumentos nas esferas econômicas e populacionais que irão sobressair no cenário nacional. Contudo, dar-se-á, aqui, maior enfoque ao Estado de Mato Grosso, para se compreender melhor o processo de expansão do município de Barra do Garças em estudo. Esta abordagem se fará com o intuito de compreender o fenômeno da exclusão social nessa região. O que se pretende investigar é como fatores como o crescimento populacional da região, bem como, a migração de retorno influenciaram no processo que deu origem a presença de moradores de rua em Barra do Garças MT. Para tanto, desenvolveu-se o trabalho adotando o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica procurando conhecer o processo de ocupação da Região Centro Oeste do país evidenciando o seu crescimento econômico e populacional e, ainda, o modelo de desenvolvimento implementado na região que acaba por favorecer o fenômeno da exclusão social que viabiliza o surgimento do fenômeno dos moradores de rua.
Palavras-Chave: Exclusão Social, Moradores de Rua, Centro Oeste.

ABSTRACT
In this paper, a Brazilian Midwest characterization will be presented, with emphasis on its economical growth since the 1970s, once it is from that period this region starts to show relative rates of increases in population and economic spheres which will stand on the national scene. However, a bigger focus in Mato Grosso State will be given here, so that we can understand better the process of expansion of the city under study. This approach will be done in order to understand the phenomenon of social exclusion in the region. The aim is to investigate how factors such as population growth in the region, as well as return migration can influence the process that originated the presence of homeless people in Barra do Garças – MT. For this, the work was developed by adopting the deductive method and the literature research, trying to understand the process of occupation of the Midwest Region of the country showing their economic and population growth, and also the development model implemented in the region which has been benefiting the phenomenon of social exclusion which enables the emergence of the homeless people phenomenon.
Key-Words: Social Exclusion, Homeless People, Brazilian Midwest.

INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho deve-se ao fato de se procurar compreender a presença do fenômeno dos moradores de rua no município de Barra do Garças MT. Nesse sentido, o que se busca por meio do mesmo é conhecer o processo que possibilitou o desenvolvimento econômico e populacional da região Centro Oeste, dando um maior enfoque ao Estado de Mato Grosso e, consequentemente, no município em estudo, a fim de se analisar de que modo o referido crescimento favoreceu o surgimento de moradores de rua em Barra do Garças.

Por meio do estudo constata-se que três fatores foram decisivos para o desenvolvimento da Região Centro Oeste, sendo eles a expansão da fronteira agrícola, a extração de madeiras no norte do Estado e a mineração de ouro e diamantes, contudo, quando ocorre uma retração nesse processo evidenciam-se os fatores que dão origem a presença de moradores de rua na cidade de Barra do Garças. Dentre estes fatores pode-se destacar o fato de que o modelo de crescimento adotado pela região Centro Oeste não foi capaz de consolidar um desenvolvimento urbano e regional homogêneo e o significativo aumento dos fluxos migratórios de retorno.

O trabalho analisa, ainda, o crescimento econômico e social do município em questão, passando tanto pelo momento de sua pujança econômica quanto de sua retração, avaliando, aí, os fatores locais que fomentam a presença dos moradores de rua na cidade.

Discute-se ainda, no desenrolar do trabalho a questão de políticas públicas voltadas para, se não a solução, ao menos amenizar a problemática social que têm se ampliado em Barra do Garças.

METODOLOGIA

Nos últimos anos, tornou-se digno de atenção, na região do Médio Araguaia, o aumento do número de pessoas que se fixa, temporariamente, nos logradouros públicos, mais especificamente na cidade de Barra do Garças. Essas pessoas, com a mesma constância com que chegam, também partem, fazendo do município um lugar de passagem.

Essa constante movimentação de pessoas, que podem ser caracterizadas, de modo geral, pela carência material e ausência de vínculos sociais, deu origem a este estudo, que tem como objetivo investigar o processo de exclusão social no universo da chamada Microrregião do Médio Araguaia, uma vez que, não existe, na região, nenhum trabalho realizado sobre essa problemática. Para tanto, desenvolveu-se o trabalho adotando o método dedutivo, uma vez que, se procurou analisar a questão dos moradores de rua a partir de uma visualização dos

fenômenos macros, ocorridos na região Centro Oeste, que favoreceram o surgimento de tal fenômeno na cidade de Barra do Garças.

Por meio da pesquisa bibliográfica procurou-se conhecer o processo de ocupação da Região Centro Oeste do país evidenciando o seu crescimento econômico e populacional e, ainda, o modelo de desenvolvimento implementado na região que acaba por favorecer o fenômeno da exclusão social que viabiliza o surgimento de outro, o dos moradores de rua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Centro Oeste constitui uma região de fronteira que ocupa 18,8% do território nacional e concentra, aproximadamente, 15,91% da população do país com 14.058.094 de habitantes, segundo o recenseamento de 2010. Atualmente, consolida-se como área de moderna produção agroindustrial. De maneira indubitável, pode-se afirmar que o crescimento deste setor somente tomou impulso a partir das décadas de 1970 e 1980, quando foram instaladas na região importantes empresas do gênero, de capital nacional e estrangeiro.

Nesse sentido, Guedes e Natal apud Steinberger, (2003, p. 610) afirmam que, somente na década de 1980, o Centro Oeste foi definitivamente incorporado à dinâmica capitalista do país, com a expansão do cultivo da soja e do milho, produção que era dominada pelas tradings do mercado de commodities.

Paralelamente a esse processo, o governo brasileiro investiu em infraestrutura, tendo contribuído, assim, para a modernização das vias de transporte, energia e telecomunicações. Adotaram-se, também, políticas de incentivo fiscal e crédito subsidiado, assim como a criação de órgãos de apoio à região, fatores que possibilitaram grandes transformações em curto espaço de tempo.

Dentre esses programas governamentais de incentivo, destaca-se o Polocentro, criado em 1975, que promoveu o aproveitamento do Cerrado em escala empresarial, tendo sido incluídos nesse projeto duzentos e dois municípios da região, que se beneficiaram com a construção de estradas, eletrificação rural, redes de estocagem e comercialização, investimento em correção de solo, pesquisas em tecnologia agrária e insumos modernos (STEINBERGER, 2003, p. 616).

Contudo, não se pode esquecer que, durante as décadas anteriores, de 1950 e 1960, essa região foi marcada por intensa migração, incentivada pela construção da nova capital federal e pelos projetos de colonização, que contribuíram para a concentração de população no interior dos estados de Mato Grosso e Goiás. Porém, esse contingente populacional era composto, em sua maioria, de despossuídos. Já na década seguinte, o fluxo migratório seria

menos intenso, no entanto, mais qualificado, capitalizado, e com experiência na atividade agrícola.

Os dados censitários de 1960, 1970, 1980 e 1991 demonstram o vigoroso crescimento populacional da região, ocasionado, sobretudo, pela presença dos migrantes atraídos pelas políticas instituídas pelos Programas Governamentais. A Tabela 1 apresenta estes dados.

Tabela 1 - Crescimento da População Residente na Região Centro Oeste – 1960 - 1991

Estado	1960	1970	1980	1991
MS	-	-	1.369..567	1.778.741
MT	889.539	1.597.090	1.138.691	2.022.524
GO	1.913.289	2.938.677	3.859.602	4.012.562
DF	140.164	537.492	1.176.935	1.598.415
Região C.O	2.942.992	5.073.259	7.544.795	9.412.242

Fonte: Pietrafesa e Sauer, 1995, p. 70

Os dados permitem observar que, entre as décadas de 1960 e 1991, a população da Região Centro Oeste aumentou em quase 85%, o que significa, praticamente, o dobro do contingente populacional anterior.

Na atualidade, segundo Guimarães (2001), consolida-se a última grande frente de expansão no Centro Oeste: a frente de complexos agroindustriais. Percebe-se que esse processo tem contribuído, de um lado, para reforçar o papel de centralidade de um número reduzido de municípios, ensejando a concentração populacional e econômica em torno desses poucos aglomerados urbanos e, de outro, para fragilizar uma rede de cidades, acentuando a escassez de empregos e de oferta de bens e serviços, no conjunto dos demais municípios.

Guimarães afirma, ainda, que essa situação é preocupante porque provoca a adoção de eixos estruturantes, aprofundando as diferenças, uma vez que as ações governamentais subordinam-se à lógica das supostas racionalidades e oportunidades do investimento privado. Assim, explica o autor que "a lógica que subjaz ao programa governamental tende a reforçar a seletividade espacial, visto que os projetos que o compõem buscam favorecer interesses localizados e específicos" (GUIMARÃES, 2001, p.224).

Nesse sentido, Leme (2003) aponta como resultado dessa subordinação dos produtores às estratégias comerciais e ao poder de mercado do grande capital industrial, a acentuação das desigualdades intra-regionais, provocando a expansão seletiva nas áreas mais bem aparelhadas, capazes de atrair os investimentos privados. Simultaneamente, começa a prevalecer a estagnação de algumas regiões por não disporem de atrativos para a atividade privada e, assim, acabam sendo relegadas à própria sorte.

Além disso, vale lembrar, ainda, que os Programas Governamentais, segundo Steinberger (2003), não contribuíram para a promoção do desenvolvimento social, urbano e industrial, em toda a região, além de não ter propiciado o crescimento desejado de oferta de empregos, aumento de renda e bem-estar social.

No que, mais de perto, interessa, cabe analisar o desenvolvimento econômico do Centro Oeste, bem como a taxa de crescimento de emprego e de incremento populacional, mais especificamente do Estado de Mato Grosso, para verificar em que sentido esse processo pode ter atraído populações para a região, causando, posteriormente, quando tem início o esgotamento das frentes de expansão, um núcleo de excluídos sociais.

A análise do crescimento econômico do Centro Oeste evidencia que, a partir dos anos 1970, a região muda o seu perfil econômico. Se, até então, era caracterizada pelo cultivo de produtos básicos, tais como arroz, milho, feijão, etc, a partir daquele período passa a desenvolver o cultivo de produtos destinados à exportação. "A produção de arroz, considerada cultura desbravadora de áreas, passou a ser uma fonte de abastecimento importante até a década de 1980, declinando nos anos mais recentes" (PIETRAFESA & SAUER, 1995, p. 86).

Nessa mesma década de 1980, a grande frente de expansão na região é a pecuária, que passa a ocupar 77,9% da área agricultável do Centro Oeste, sendo, atualmente, uma das atividades que ainda estão em processo de franco crescimento.

Segundo Pietrafesa e Sauer (1995), naquela década, "juntamente com o sistema de criação de suínos e aves, a pecuária bovina vinha crescendo em quantidade de cabeças e também de abate e industrialização de seus derivados. O Centro-Oeste tem o maior rebanho de bovinos do Brasil" (Id., ibid., p. 92).

Paralelamente à pecuária, a agricultura continua a se desenvolver, como a segunda atividade, evidentemente, ocupando-se da produção de alimentos básicos (arroz, milho, feijão e mandioca) para o mercado interno. A grande novidade, nesta área, é a introdução do cultivo da soja, incluída na pauta de produtos de exportação. Em 1985, o produto já constituía a principal cultura do Centro Oeste, respondendo por 30% da área de lavouras plantadas.

É com o cultivo da soja que tem início a modernização da agricultura no Brasil. "A cultura de soja foi o motor deste processo de modernização e tecnificação da agricultura brasileira e regional" (Id.,Ibid., p. 92). Processo esse responsável pela substituição do homem do campo pela máquina e, consequentemente, pela sua expulsão da terra.

Segundo Leme (2003), a progressão do cultivo da soja nos Cerrados, nos anos 1970 e 1980, fundamentou-se na conjunção de diversos fatores: os créditos subvencionados pelo Estado, o apoio à política de pesquisa e uma política de ajustes em função da conjuntura internacional.

Em síntese, pode-se afirmar que as frentes de expansão, no Centro Oeste, são movimentadas pela pecuária, pela soja e pela produção de alimentos básicos.

Mas, em que sentido esse processo expansionista significou um atrativo para as populações de outros estados, criando, assim, frentes de ocupação para o Centro Oeste e, sobretudo, para Mato Grosso?

O que de fato ocorreu, num primeiro momento, foi uma redução na capacidade de criação de empregos, devido ao avanço da pecuária que, sabidamente, ocupa número reduzido de mão-de-obra e pouco repercute no dinamismo da economia urbana dos municípios que estão em suas proximidades.

Contudo, a partir de 1985, a expansão da cultura agrícola intensificou a ocupação da região, produzindo ali um crescimento do emprego formal da ordem de 35,2%. Mato Grosso foi o Estado que apresentou maior taxa de crescimento do emprego formal (72,4%). O índice de emprego na agropecuária cresceu mais de quatro vezes no período compreendido entre 1986 e 1997, o que pode ser evidenciado pelo número de empresas do gênero, instaladas na região, que era de 1.004 unidades, em 1986, e de 30.810, em 1997. Vale ressaltar que o número de emprego industrial no Centro Oeste, nesse período, também, ampliou. O Estado de Mato Grosso aumentou a sua participação relativa, neste setor, de 18,7% para 23,8%, tendo sido o único estado a fazê-lo em relação a empregos no setor secundário. (Fonte: Censo Agropecuário – 1995-1996).

Corroborando a idéia de que as frentes de expansão atraíram populações para o Centro Oeste, Guimarães argumenta que "(...) as transformações perpetradas na economia do Centro-Oeste, com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional (...) provocou intenso fluxo migratório para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, num movimento que se estendeu até Rondônia" (GUIMARÃES, 2001, p. 188).

Assim, conclui-se que as ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica e social do Centro Oeste, influenciando a sua dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e contribuindo para a criação, na região, de grandes empresas de agrobusiness, que passaram, então, a integrar a economia regional ao mercado nacional e internacional.

Nessa transformação, grande parte dos que moravam na região, trabalhando em lavouras, não é aproveitada nesse novo arranjo, pois ele, por natureza, é excludente.

Outra análise que permite verificar a possível relação existente entre o desenvolvimento do Centro Oeste e o surgimento de excluídos sociais na região, sobretudo em Barra do Garças, é a da dinâmica populacional, constatável, principalmente, em razão do

aumento do contingente migratório, já que este fator ajuda a explicar o fenômeno da exclusão social no município.

Nesse tipo de análise, verifica-se que, ao longo da década de 1970, o Centro Oeste absorveu cerca de 1,3 milhão de migrantes, chegando a apresentar taxas anuais duas vezes superiores às taxas nacionais. No fim dessa mesma década, as taxas de crescimento anual, em nível nacional, apresentavam índices de desaceleração. O Estado de Mato Grosso foi a única exceção, pois continuou a apresentar taxas ascendentes de crescimento, manteve taxas elevadas no decênio posterior, tendo persistido, assim, na condição de absorvedor de população, ao receber, sobretudo, grande fluxo populacional da Região Sul do país, conforme indica a tabela 2.

Tabela 2 - Brasileiros natos, residentes em Mato Grosso, segundo o estado de nascimento – 1970, 1980, 1991

Brasileiros natos, residentes em Mato Grosso, segundo o estado de nascimento					
Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
Ano	Pessoas	Ano	Pessoas	Ano	Pessoas
1970	15.383	1970	1.423	1970	4.623
1980	81.491	1980	10.581	1980	25.388
1991	227.376	1991	39.403	1991	67.845

Fonte: Censo Demográfico/ IBGE - 1970, 1980 e 1991

Segundo Pietrafesa e Sauer (1995), Mato Grosso foi o Estado que recebeu maior fluxo migratório, entre as décadas de 1980 e 1990. Sua população quase dobrou em dez anos. Para esses autores, "este crescimento é conseqüência da política governamental que utilizou as chamadas fronteiras agrícolas como uma forma de destensionar o campo em decorrência das demandas por terra no Sul e Sudeste brasileiro" (PIETRAFESA e SAUER, 1995, p. 71).

Três causas explicam esse constante crescimento populacional em Mato Grosso, resultante da migração: a expansão da fronteira agrícola, a extração de madeiras no norte do Estado e a mineração de ouro e diamantes.

Leme aponta outros fatores como responsáveis pela atração de contingentes populacionais para o estado. Segundo ele, "a oferta elástica de terras favorecia a afluência de migrantes do Sudeste e Sul, sobretudo aqueles tangidos pelo fechamento da fronteira norte-paranaense, cujo destino foi principalmente o território mato-grossense, do norte e do sul." (LEME, 2003, p. 623)

No entanto, Pietrafesa e Sauer entendem que:

> (...) os projetos governamentais e o desenvolvimento do atual modelo de agricultura intensiva não abriu espaço de reprodução para os agricultores familiares na região. Estes, pobres de recursos (sem máquinas, sem terra ou com pouca terra e sem meios

> de financiamento), foram obrigados a refugiarem-se em espaços cada vez mais precários em termos de recursos naturais (solos frágeis, pouco férteis e distantes dos centros urbanos consumidores). Isso provocou sua expulsão do campo ou marginalização do modelo de desenvolvimento agrícola implantado na Região Centro-Oeste (PIETRAFESA e SAUER, 1995, p. 86).

Nesse mesmo sentido, mas de maneira mais crítica Lenharo *apud* Ribeiro defende que

> O problema que mais chama atenção (...) é o mapeamento de extensos territórios por grupos capitalistas, fechando-se a porteira, já antes dos anos 60, para as populações trabalhadoras que acorriam ao estado de Mato Grosso, em busca de terra própria para plantar. (...) Pelo modo como a terra estava sendo apropriada, no entanto, não havia lugar para aqueles trabalhadores, não. Ou melhor, lugar havia, mas somente para trabalhar para outros, e continuar sem terra, como antes (RIBEIRO, 2001, p. 53).

Tal situação ocorre devido ao processo de consolidação da concentração da propriedade da terra, o qual se verifica na Região Centro Oeste, durante as décadas de 1980 e 1990. Isso pode ser confirmado pelos dados que revelam que 46% do total das terras de Mato Grosso estão concentradas em áreas de 10.000 hectares acima; propriedades estas controladas por apenas 645 estabelecimentos que representam 0,8% do total das propriedades rurais do Estado (PIETRAFESA E SAUER, 1995).

Outra situação que é importante considerar, tendo em vista o fim a que este trabalho se destina, é a migração de retorno. Pois, se o Centro Oeste foi marcado, nos anos 1970 e 1980, por grande volume migratório interestadual, vale ressaltar, que, já na década de 1990 a emigração desta área foi expressiva: mais de 700 mil pessoas. Nesse sentido, Andrade e Dedecca afirmam que: "diferentemente do mecanismo que marcou os anos 70 - migração interestadual com fixação no local de chegada – o que parece ser significativo nos anos 90 são os fluxos migratórios de retorno e a proliferação de contingentes migratórios itinerantes ou sem fixação" (ANDRADE E DEDECCA, 2002, p. 1 e 2).

A migração de retorno reflete o progressivo esgotamento das frentes de expansão agrícola nessa região. Essa emigração ocorreu mais a partir das regiões do interior do estado do que da capital. Tal situação, bem como a do aumento do fluxo migratório em Mato Grosso, ajuda a compreender o processo de exclusão social que deu origem a presença de moradores de rua na cidade em estudo, Barra do Garças, visto que, alguns indivíduos ao procurarem retornar para sua região de origem ou outros locais mais atrativos economicamente, acabam por se estabelecer em Barra do Garças, onde, por não possuírem recursos financeiros e não encontrarem na cidade infraestrutura para abrigá-los, terminam por serem empurrados à situação de moradores de rua.

Tais dados permitem constatar que, nos anos 1990, o crescimento populacional das localidades urbanas do Centro Oeste foi ocasionado mais pela dinâmica migratória intra-

regional e inter-municipal do que pelos fluxos provenientes de outros Estados, como ocorreu em períodos anteriores.

Deste modo, pode-se inferir que a migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação do Centro Oeste, e que o adensamento da rede urbana ocorreu de forma concentrada nas cidades de maior porte.

De acordo com o exposto, pode-se afirmar que o dinamismo produtivo da economia do Centro Oeste, nas últimas três décadas, não foi capaz de consolidar um desenvolvimento urbano e regional mais homogêneo, uma vez que somente a atividade agropecuária está mais bem distribuída no espaço regional. No entanto, mesmo assim, não tem sido capaz de proporcionar uma distribuição espacial de renda devido à predominância da pecuária e da monocultura extensiva.

A situação descrita acima tem criado uma clara heterogeneidade espacial marcada, de um lado, por uma rede de cidades pouco estruturadas e, por outro, por algumas que conseguiram alcançar uma expressiva inserção nos cenários regional e nacional.

Feita essa caracterização da região, com o que se procurou especificar alguns dados referentes a Mato Grosso, cumpre agora correlacioná-los com outros, referentes à região de Barra do Garças, para que, por meio deles, se possa compreender os fatores que, de alguma forma, explicam o surgimento da exclusão social ali existente.

Barra do Garças está localizada às margens do rio Araguaia, região limítrofe entre os Estados de Mato Grosso e Goiás; situa-se a 500 km da capital, Cuiabá, e a 400 km da cidade de Goiânia. Localiza-se na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso e na Microrregião do Médio Araguaia. Faz fronteira com o Estado de Goiás, no Município de Aragarças, e limita-se com os municípios mato-grossenses de Torixoréu, General Carneiro, Nova Xavantina, Araguaiana e Novo São Joaquim.

O município em questão já foi considerado o maior do Brasil, em superfície, com cerca de 170.000 km^2 de área. No entanto, a partir do fim da década de 1970, seu território começa a ser desmembrado, originando os municípios de Água Boa, Canarana, Novo São Joaquim, entre outros. Hoje, o município tem apenas 8.730 km^2.

Ainda nessa década de 1970, e até meados da década de 1980, o município viveu uma fase áurea de grande pujança econômica. Em 1979, destacou-se como o maior produtor de arroz do país, com uma produção de 285.866 toneladas/ano, plantadas em uma área de 235.832 hectares.

Naquele período, havia na cidade 14 agências bancárias. A revendedora de implementos agrícolas local chegou a vender 500 tratores num só ano. Segundo Miguez (2001), “a cidade vivia em burburinho, pegava fogo. No pátio do aeroporto de Aragarças,

único da região, era comum a gente contar de 50 a 60 aviões estacionados. Aproximadamente a cada 5 minutos havia um pouso ou decolagem" (MIGUEZ, 2001, p. 67).

Segundo Ribeiro (2001),

> Barra do Garças passa, desde esse período, a ser considerada cidade pólo, recebendo levas de migrantes e aventureiros, atraídos pelos enormes investimentos estatais. Tais investimentos visavam à expansão do capitalismo na região ou, como muitos alardeavam, que se irradiasse o progresso e o desenvolvimento. Nesse processo, os antigos moradores cedem lugar aos novos colonos, ao gado e à grande fazenda, cercada pelo arame farpado, sob a proteção da lei, de jagunços e pistoleiros (RIBEIRO, 2001, p. 8).

No entanto, com a criação dos novos municípios, a economia de Barra do Garças entrou num processo de retração, em razão da perda das regiões agrícolas, responsáveis pela captação de recursos federais, estaduais e privados.

O município passou, desde então, a atuar, em termos econômicos, basicamente no setor da pecuária, no qual, atualmente, se destaca como o 9º produtor de rebanho bovino do estado, com 452.116 cabeças, conforme indica a tabela 3.

Tabela 3 - Maiores Criadores de Bovinos em Mato Grosso - 2003

Maiores Criadores de Bovinos em Mato Grosso/2003		Rebanho/Cabeças
1	Cáceres	892.348
2	Juara	880.482
3	Vila Bela da Santíssima Trindade	794.165
4	Alta Floresta	657.914
5	Pontes e Lacerda	610.402
6	Juína	508.489
7	Porto Esperidião	491.763
8	Vila Rica	468.375
9	Barra do Garças	452.116
10	Paranatinga	451.197

Fonte: Revista de Mato Grosso. Cuiabá: ano V, n. 1, Janeiro de 2004.

Na atualidade, a cidade vem se destacando no setor de frigoríficos e exportação de carnes, sendo esta uma das áreas que mais criam empregos na cidade.

Nas outras áreas, como a de produção de alimentos básicos, por exemplo, o município tem uma produção inexpressiva. Já o cultivo da soja vem se desenvolvendo de modo considerável. De acordo com as tabelas 4, 5, 6, e 7, em 1996 Barra do Garças produziu 1.578 toneladas de soja, plantadas em 770 hectares. Em 2003, a área cultivada foi de 6.193 hectares e a produção de 18.579 toneladas, tendo se destacado (a soja) como a maior produção da

região. Por outro lado, houve redução na produção de alimentos básicos na região, no que se refere a área plantada e, consequentemente, a quantidade produzida. Ou seja, o que se observa, na atualidade, é que a plantação de soja vem crescendo, no município, embora tenha ocorrido o aumento da produção do arroz, nesse período, houve uma considerável redução na produção de alimentos básicos, tais como o milho, a mandioca e o feijão.

Tabela 4 - Alimentos Básicos e Soja – Área Plantada - 1996

Área Plantada/hectare – 1996					
Município	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Barra do Garças	3.065,691	12,968	22,385	1.375,288	770

Fonte: IBGE/1996

Tabela 5 - Alimentos Básicos e Soja – Quantidade Produzida/Tonelada - 1996

Quantidade Produzida/tonelada – 1996					
Município	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Barra do Garças	3.443	6	101	2.961	1.578

Fonte: IBGE/1996

Tabela 6 - Alimentos Básicos e Soja - Área Plantada – 2003

Área Plantada/hectare – 2003			
Município	Arroz	Milho	Soja
Barra do Garças	1.445	200	6.193

Fonte: IBGE/2003

Tabela 7 - Alimentos Básicos e Soja – Quantidade Produzida/Tonelada – 2003

Quantidade Produzida/tonelada – 2003			
Município	Arroz	Milho	Soja
Barra do Garças	3.902	840	18.579

Fonte: IBGE/2003

Em relação a essa questão, Mello afirma que "a tendência é o desaparecimento da pequena produção, normalmente as culturas alimentares 'tradicionais', como arroz, mandioca e feijão, para dar lugar ao crescimento de produtos modernos" (MELLO, 2003, p. 638).

Contudo, pode-se dizer que a grande vocação econômica do município sempre foi a pecuária, e esta, como se sabe, não absorve muita mão-de-obra. Assim, com base nos dados pesquisados, constata-se, atualmente, que o setor que mais cria postos de ocupação é o comércio, pois o município se afirma como pólo nesta área e também nas de educação e saúde. Nesse sentido, o comércio é a atividade que mais contribui para a distribuição local e regional de renda.

Mesmo assim, não se pode negar que Barra do Garças experimentou, a partir de meados da década de 1980, uma crise econômica desencadeada por fatores existentes no plano nacional, tais como o fim da política de incentivos fiscais e o esvaziamento do planejamento e das ações federais, em nível regional; e, no plano estadual, a perda ou o desmembramento de municípios que apresentavam grande crescimento econômico no setor agrícola, tais como os de Água Boa e Canarana.

Guimarães elucida bem essa questão, referindo-se à Região Centro-Oeste, ao afirmar que,

> A partir do final dos anos 80, a economia da região passa a estar mais atrelada às vicissitudes nacionais. Primeiro, porque as restrições financeiras e fiscais internas e externas conduziram aos cortes nos subsídios e ao abandono dos grandes programas públicos, relegando o espaço centro-oestino apenas à lógica do mercado. Com as mudanças na política econômica e, em particular, com a extinção da política unificada de preços mínimos e a indefinição da política de financiamento agrícola, várias áreas no Centro-Oeste foram afetadas e reduziram seu dinamismo ou mesmo apresentaram retração produtiva e/ou expulsão populacional (GUIMARÃES, 2001, p. 217).

O que ocorre com o município é a alteração de seu peso na hierarquia regional, a restrição do papel polarizador que exercia, tendo em vista o surgimento de novos meios de articulação, configurando-se, dessa forma, uma situação de crise na região. Tal crise pode ser evidenciada, por exemplo, na redução das agências bancárias ali existentes, que, de 14, reduziram-se para seis; e, até mesmo, pela perda de população que, em 1980, era de 43.607 habitantes, com uma previsão de aumento estimada, para 1990, em 56.471 habitantes. Contudo, em 1991, ano da realização do Censo Demográfico, o número de habitantes foi de apenas 45.650. Atualmente, a população é de 52.092 habitantes, número menor do que o previsto para dez anos atrás.

Mesmo entre 1991 e 1996, quando a Mesorregião Nordeste, que inclui Barra do Garças, registra o maior índice de crescimento demográfico do Estado, pode-se afirmar que esse crescimento deveu-se ao expressivo aumento populacional dos municípios de Canarana e Querência, que, nesse período, apresentaram taxa de crescimento superior ao daquela cidade.

O surgimento de novos municípios, como Canabrava do Norte e Confresa, na mesma mesorregião, também justifica o crescimento da taxa populacional, uma vez que o primeiro dobra a sua população nesse período, e o segundo, que tinha uma população de 3.293 habitantes, em 1991, chega, em 1996, a 17.196 habitantes. Uma taxa de crescimento anual de 39,2% no período compreendido entre os anos de 1991 e 1996 – a maior do Brasil. A tabela 8 apresenta a taxa de crescimento anual desses municípios. No mesmo período, a taxa de crescimento do município de Barra do Garças é menor que 1%, não aparecendo nos dados do IBGE.

Tabela 8 - Taxa de Crescimento anual dos Municípios

Taxa de Crescimento Anual – 1991/1996	
Canabrava do Norte	16,8
Canarana	6,2
Confresa	39,2
Querência	7,1

Fonte: IBGE/1996

Esses dados revelam que Barra do Garças, que até a década de 1980 havia sido beneficiada pela política de incentivos governamentais, tendo apresentado, por isso, grande crescimento econômico e se constituído como grande pólo atrativo de população, a partir daquela época, passa a configurar-se como lugar sem grandes estímulos ocupacionais, deixando de seduzir os expressivos contingentes populacionais de outrora.

No entanto, esse município localiza-se, geograficamente, como lugar de passagem obrigatória para aqueles que se deslocam para o Estado de Mato Grosso, atraídos pela possibilidade de empregar-se nas fronteiras agrícolas ou nas áreas de extração de madeira, no norte do Estado.

Por estar assim localizada, a cidade recebe, constantemente, grande número de pessoas que está apenas de passagem para as regiões citadas acima. São indivíduos (às vezes famílias inteiras) despossuídos, que, já expulsos de outros espaços maiores, vêm para Mato Grosso tentar a sorte, uma vez que o Centro-Oeste tem se constituído em pólo de atração, sendo, atualmente, a região que revela o mais alto índice de população migrante do país (PIETRAFESA E SAUER,1995, p. 72).

Em Barra do Garças esse contingente de desgarrados encontra um espaço aprazível, nas praças públicas próximas do rio Araguaia, onde consegue as condições mínimas de sobrevivência, tais como banhar-se, lavar roupas e cozinhar em fogões de tijolos, improvisados embaixo das árvores. Já na Praça Sebastião Júnior, localizada mais próxima do centro comercial da cidade, essas pessoas conseguem, por meio da mendicância, dinheiro para "inteirar" a passagem ou, ainda, prosseguem de carona, que é outra possibilidade, para demandar trabalho nos municípios que oferecem esta oportunidade (conforme tabela 9). Às vezes, o dinheiro auferido com a mendicância serve para se manterem provisoriamente na cidade.

Por Barra do Garças se configurar como local de passagem, tem sido possível perceber também, mais recentemente, na região, a chamada migração de retorno. Ocorre com pessoas que atuavam nas áreas de produção agrícola do Estado, sobretudo nas regiões de

cultivo de produtos alimentícios básicos, os quais – na atualidade, devido a sua substituição principalmente pela soja, produto que requer maior mecanização e menor quantidade de mão-de-obra – passam por um processo de esgotamento em algumas frentes de expansão, o que enseja a "expulsão" de parte da população, até então ocupada no setor primário, destinado à produção de alimentos básicos. Os dados apresentados na tabela 9 revelam tal situação.

Tabela 9 - Área Plantada de Arroz e Soja em Água Boa e Canarana

Arroz - Área Plantada/hectare						
Município	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Água Boa	38.098	21.453	17.292	24.770*	10.000	21.632
Canarana	20.000	11.150	8.173	10.000	8.000	7.612
Soja - Área Plantada/hectare						
Município	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Água Boa	12.770	20.413	23.077	10.383	15.691	32.577
Canarana	18.000	27.398	21.243	35.000	41.250	69.880

Fonte: IBGE
* O aumento da área plantada neste ano deveu-se à alta no preço do produto.

Essa população, à época, expulsa pelo avanço do cultivo da soja, desloca-se para Barra do Garças, pois o município constitui um centro comercial mais desenvolvido. Ali, esse contingente itinerante – agora já é possível qualificá-lo assim – busca recursos para demandar regiões mais distantes. São pessoas que se dirigem, principalmente, para o norte e nordeste do país, à procura de um novo trabalho, em busca da família ou de algum parente.

Desse modo, Barra do Garças apresenta a peculiaridade, entre outros municípios vizinhos, de receber grande contingente populacional de despossuídos, que se encaminha para a região com o objetivo de nela encontrar recursos que lhe possibilite seguir viagem, seja à procura de trabalho, seja em busca da família.

Essas pessoas se acomodam, principalmente, nas praças, onde permanecem por algumas semanas, ou até mesmo meses, caracterizando-se assim, como moradores de rua ou, mais precisamente, como itinerantes que se instalam, temporariamente, no município, criando uma situação de desconforto para a população residente local, seja pelo medo que provocam em alguns, seja pelo incômodo que causam para outros tantos, isto é, pela insatisfação do convívio instaurado pela sua presença, importunando os demais em busca de alimento.

Assim, configura-se um problema social na cidade. Uma situação de conflito entre os estabelecidos e os outsiders (ELIAS, 2000 p. 22), aqueles que não têm acesso aos cargos de poder e, mais especificamente, no município em questão, aqueles que não estão inseridos no

mercado de produção e de consumo, caracterizando-se, portanto, como uma leva de excluídos sociais. Observa-se que, para tal situação, o poder público ainda não despertou, visto que não existe, em Barra do Garças, nenhuma política pública voltada para a solução do problema.

Essa situação talvez possa ser compreendida como reflexo de uma política nacional mais ampla que, segundo Leme (2003), atualmente, mantém baixíssima a capacidade da união de formular políticas públicas que alterem o quadro de exclusão e de aguda pobreza urbana. Assim, o autor citado afirma que não há como enfrentar a questão regional sem, simultaneamente, enfrentar a questão nacional.

No plano nacional, o único programa que acena para o Centro Oeste é o chamado "Brasil em Ação", que tem como objetivo estimular novas oportunidades de inversão privada na consolidação de grandes eixos de integração, reforçando-se, dessa maneira, os elos entre as áreas de maior dinamismo.

No entanto, Leme (2003) constata também, que tal programa busca responder aos fluxos de bens e serviços, já delineados pela atividade produtiva, resumindo-se a remover obstáculos e a abrir novos horizontes à acumulação privada. Segundo ele, "a lógica que subjaz ao programa governamental tende a reforçar a seletividade espacial, à medida que os projetos que o compõem buscam favorecer interesses privados localizados específicos" (LEME, 2003, p. 630).

Com base nessa lógica, pode-se dizer que o programa citado acima não visa resolver os problemas da desigualdade regional, tão comum no Estado de Mato Grosso; pelo contrário, do modo como está delineado tende a reforçá-los, pois não atende aos municípios que estão fora do circuito de expansão do capital.

Para tanto, para resolver os problemas da desigualdade na região, Leme (2003) entende que seria necessária a adoção de uma política de desenvolvimento que resgatasse o planejamento regional e contemplasse potencialidades e heterogeneidades regionais por meio de ações públicas e integradas. Ou seja, políticas de redistribuição de renda, reforma agrária, crédito ao pequeno produtor e pesados investimentos em serviços públicos, visando a consolidação de um crescimento econômico e social não-excludente.

Concluindo, é necessário ressaltar que, como o município de Barra do Garças, historicamente, foi perdendo a sua capacidade de atração de capital e, por hoje não se configurar como grande produtor agrícola, nem tão pouco como área de extração de madeira, setores que têm atraído os grandes investimentos para o Estado, o município não poderá contar com ações governamentais que o beneficiem. Tão pouco pode esperar por medidas que solucionem o problema da desigualdade regional, como as que foram propostas por Leme.

Desse modo, resta ao setor municipal a tarefa de pensar soluções para o problema da exclusão que se instaurou no município, uma vez que tal situação dramatiza um fenômeno duradouro, por não vislumbrar respostas em nenhuma das instâncias de poder, quer sejam nacionais, quer sejam estaduais. Talvez, acrescente-se, porque o modelo adotado de política econômica e de incentivo esteja endereçado, principalmente, para atividades que não absorvem mão-de-obra não qualificada. Efetivamente, é imprescindível a adoção de uma política de empregos que possa desmantelar essa situação de exclusão e marginalidade social em que se encontram os itinerantes.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se conhecer os fatores que contribuíram para intensificar a presença dos moradores de rua em Barra do Garças - MT, bem como os fatores que explicam a atração que sentem pela cidade, levando-os a permanecer na mesma.

Os dados analisados permitem inferir que a migração constituiu-se em elemento importante para a ocupação do Centro-Oeste, e que o adensamento da rede urbana ocorreu de forma concentrada nas cidades de maior porte.

De posse dessas informações investigou-se as condições do desenvolvimento sócio econômico do Centro Oeste, com ênfase no Estado de Mato Grosso, para, assim, procurar compreender a realidade local que favorece a presença dos moradores de rua em Barra do Garças.

Desse modo, constatou-se que o processo acelerado de crescimento econômico e populacional da região, que atraiu grandes levas populacionais a parir da década de 1970, sofreu alterações promovendo na região um novo arranjo econômico, por sua vez excludente, contribuindo para o surgimento de tal fenômeno.

Outro fator que também ajuda a compreender a questão em análise é a migração de retorno que reflete o progressivo esgotamento das frentes de expansão agrícola nessa região e, consequentemente, o empobrecimento de algumas regiões do estado, dentre estas Barra do Garças.

Além disso, pode-se ressaltar que a própria geografia do Município serviu de força atrativa para o surgimento dos moradores de rua, uma vez que este situa-se numa região de passagem tanto para aqueles que buscam locais onde ainda é possível empregar trabalhadores pouco qualificados, como para aqueles que procuram retornar para as regiões Sudeste e Nordeste.

Em termos de conclusão, pode-se constatar, ainda, que a presença constante de água, sobretudo nas praças que situam-se na zona central do município de Barra do Garças também

foi determinante para a permanência dos moradores de rua na cidade. Este refere-se a abundância de água no município, fator que desde os primórdios da humanidade dá origem a aglomerados humanos, só que desta feita aos excluídos sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. & DEDECCA, C. Gênero, migração e trabalho nos mercados metropolitanos das regiões nordeste e sudeste. XIII Encontro da ABEP, 2002.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUIMARÃES, E. et al. Região Centro-Oeste. In: Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil. Redes urbanas regionais – Norte, Nordeste, Centro-Oeste. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA: 2001. Vol. 4.

LEME, H. José C. A espacialidade do desenvolvimento: as cidades na Região Centro- Oeste. In: GONÇALVES, Maria Flora et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MELLO, N. A. O eixo Araguaia–Tocantins: uma nova possibilidade de ordenamento territorial? In: GONÇALVES, Maria Flora et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MIGUEZ, J. M. G. Causas do Araguaia. Goiânia: Kelps, 2001.

PIETRAFESA, J. P. & SAUER, S. Região Cento-Oeste in texto **Anais...** VI Encontro Regional do Centro Oeste. Brasília, 1995.

Revista de Mato Grosso. Cuiabá: ano V, n. 1, Janeiro de 2004.

RIBEIRO, H. S. O migrante e a cidade: dilemas e conflitos. Araraquara: Gráfica Wunderlich, 2001.

STEINBERGER, M. O significado da Região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica. In: GONÇALVES, Maria Flora et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

Recebido para publicação em 10/06/2012
Aceito para publicação em 12/07/2012